



## COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA OFICIAL PORTUGUESA

### V REUNIÃO DE MINISTROS DO AMBIENTE DA CPLP

ILHA DO SAL – MAIO DE 2012

#### **Declaração da CPLP à Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – RIO+20**

Reunidos no dia 4 de Maio de 2012, na Ilha do Sal em Cabo Verde, na sua [Quinta Reunião Ordinária](#), os Ministros responsáveis pelo Ambiente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa:

Considerando a necessidade de reforçar os laços de [cooperação e de amizade](#) entre os povos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

Considerando a vontade de juntos procurarem as melhores [soluções](#) para os desafios comuns com que se deparam os respectivos Estados-membros;

Reconhecendo a importância de reforçar a [investigação](#) e o [intercâmbio](#) técnico e científico entre os povos da CPLP com vista à materialização dos compromissos internacionalmente assumidos;

Cientes de que todos os Estados-membros da comunidade têm extensas [áreas marinhas e costeiras](#) e, vastas [Zonas Económicas Exclusivas](#) que encerram um potencial importante em recursos vivos e não vivos;

Cientes de que as questões ambientais ultrapassam os [limites fronteiriços](#) dos Estados e da necessidade de uma [fiscalização ambiental](#) concertada;

Reconhecendo que a Cimeira Rio+20 constitui a grande oportunidade para os líderes mundiais repensarem a [Agenda do Desenvolvimento](#) nas diversas vertentes particularmente nas [Económica](#), [Social](#) e [Ambiental](#) tendo em vista a erradicação da pobreza e a promoção do bem-estar dos cidadãos;

Decidem:



## COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA OFICIAL PORTUGUESA

1. Promover a **participação conjunta** dos países da Comunidade dos Países de Língua na Cimeira Rio+20 na cidade do Rio de Janeiro com vista a conjugação de esforços ~~para~~ visando chamar a atenção da comunidade internacional para os problemas enfrentados no seio da comunidade;
2. Lançar um apelo para que a Cimeira Rio+20 se concentre no reforço da coerência e das ligações entre as **dimensões ambiental, económica e social** do desenvolvimento sustentável e contribuir para a consecução dos **Objetivos de Desenvolvimento do Milénio**;
3. Assinalar que na Rio+20 deve ser acordado um documento que garanta um impulso renovado ao **desenvolvimento sustentável** e que reflita uma visão comum e ambiciosa para um padrão diferenciado de desenvolvimento mundial;
4. Salientar, no quadro da reforma institucional do desenvolvimento sustentável, a importância de **reforçar a governação ambiental** nas suas dimensões mundial, regional, nacional e local;
5. Sublinhar a necessidade de se reforçar a **investigação oceanográfica** com efectiva participação dos pequenos estados insulares e ribeirinhos, independentemente da sua capacidade económica, técnica e científica de modo a promover medidas de protecção dos oceanos e dos ecossistemas marinhos, minimizando os efeitos da poluição e da erosão costeira promovendo uma **economia azul** baseada no aproveitamento inteligente das potencialidades económicas dos ecossistemas;
6. Assinalar a necessidade de se encarar as peculiaridades dos **Pequenos Estados Insulares** que embora ricos em endemismos apresentam um frágil equilíbrio ambiental, e são muito vulneráveis eventuais impactes negativos das mudanças climáticas e do avanço da desertificação e por isso merecedores de uma atenção especial no quadro global;



## COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA OFICIAL PORTUGUESA

7. Sublinhar que um dos resultados da Conferência deverá ser a definição de diretrizes que permitam uma **transição global para uma economia verde inclusiva**, que promova a conservação do ambiente, contribua para a erradicação da pobreza e estimule uma economia de baixo carbono através do uso eficiente dos recursos naturais;
8. Reafirmar o engajamento de juntos cooperarem para a promoção da **Gestão Integrada dos Recursos Hídricos** e procurarem as melhores soluções para apoiarem-se na mobilização de mais água e de melhor qualidade para as suas populações e atrair a atenção da comunidade internacional para a necessidade de se atingir os **Objectivos de Desenvolvimento do Milénio**, particularmente no que tange ao acesso universal à água potável e ao saneamento básico como direitos humanos;
9. Promover o reconhecimento ao nível mundial do decisivo papel da **Mulher** para a materialização dos objectivos do **Desenvolvimento sustentável**, particularmente nos países em vias de desenvolvimento e nas economias de transição;
10. Reconhecer que a promoção e a **transferência de novas tecnologias**, bem como de estímulos adequados são fundamentais para enfrentar o desafio do desenvolvimento sustentável, especialmente na promoção de **eficiência energética** através da promoção do aproveitamento do potencial das fontes alternativas;
11. Reconhecer a necessidade de se promover e potenciar as **sinergias** entre as três convenções do Rio (Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas e a Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica);
12. Reconhecer que o fenómeno do avanço da **desertificação** constitui uma ameaça séria nos Estados-membros e em muitos outros países do Mundo o que interpela a uma melhor **coordenação das acções** e mobilização cada vez de mais **recursos** para fazer face a esse fenómeno;
13. Reconhecer a necessidade de se promover o alinhamento, no âmbito da Convenção Nações Unidas de Combate à Desertificação, dos Planos de Acção Nacionais de Luta contra a Desertificação com a **Estratégia Decenal** (2008 – 2018);



## COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA OFICIAL PORTUGUESA

14. Afirmar o compromisso de reconhecimento pleno do [Centro Internacional de Clima e Aplicação em Africa](#) (CICLAA) enquanto plataforma de promoção do conhecimento no domínio do clima no seio da CPLP cuja sede funcionará junto da Universidade Pública de Cabo Verde;
15. Sublinhar a importância de se garantir a [segurança alimentar e nutricional](#) dos povos enquanto condição para a erradicação da pobreza e promoção do bem-estar colectivo;
16. Destacar ainda como [acções prioritárias](#) para apreciação durante a Conferência Rio+20:
  - a) Renovação dos compromissos internacionalmente assumidos no âmbito das Conferências sobre [Desenvolvimento Sustentável](#) promovidas pelas Nações Unidas;
  - b) Reforço das ações para a [erradicação da pobreza](#), explorando as interdependências entre o ambiente, a produção, o comércio, a segurança e o desenvolvimento;
  - c) Incentivo à [produção e ao consumo sustentável](#), combatendo as formas perversas de desenvolvimento socio-económico que contribuem para o agravamento das pressões sobre o ambiente e os recursos naturais de base;
  - d) Promoção do [uso eficiente](#) dos recursos [energéticos](#);
  - e) Promoção de [energias renováveis](#);
  - f) Reforço da implementação das metas acordadas internacionalmente para a [água e saneamento](#);
  - g) Promoção da [gestão dos recursos naturais](#), salvaguardando a proteção da diversidade biológica e o combate à seca e à desertificação;
  - h) Cooperação/Colaboração para uma [gestão sustentável dos oceanos](#), privilegiando uma estratégia de longo prazo e de cooperação internacional, assente nos pilares ambiental, económico e social no quadro de uma economia azul;
  - i) Promoção dos princípios estabelecidos na [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar](#);
  - j) Promoção do [conhecimento do meio marinho](#) e criação de [áreas marinhas protegidas](#), enquanto instrumentos de gestão e de adaptação às mudanças climáticas nas regiões costeiras;
  - k) Formulação de políticas de [segurança alimentar](#) a nível nacional e regional no quadro da luta contra a fome;
  - l) Promoção da [agricultura familiar](#) enquanto instrumento de erradicação da pobreza;



## COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA OFICIAL PORTUGUESA

- m) Reforço da arquitetura para a governação do desenvolvimento sustentável a nível global, em particular, através do reforço e da melhor coordenação e coerência entre as organizações das Nações Unidas responsáveis pelo desenvolvimento sustentável, a fim de assegurar melhores ligações entre os três pilares da sustentabilidade;
  - n) Desenvolvimento e reforço de indicadores que complementem o **Produto Interno Bruto**, assegurando a adequada leitura das dimensões económica, social e ambiental;
  - o) Adopção de Programa de Padrões de **Consumo Sustentável** para os próximos dez anos, (10YFP).
17. Desenvolver iniciativas visando a apresentação de **boas práticas** em matéria de ambiente na CPLP num “*stand*” durante a Conferência Rio+20;
18. Finalmente decidem, que **Moçambique** acolherá a próxima Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP no próximo mês de .....

Ilha do Sal, 4 de Maio de 2012

Os Ministros:

\_\_\_\_\_  
Maria de Fátima Jardim  
Ministra do Ambiente de Angola

\_\_\_\_\_  
Brasil

\_\_\_\_\_  
Antero Veiga  
Ministro do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território de Cabo Verde

\_\_\_\_\_  
Guiné-Bissau



## COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA OFICIAL PORTUGUESA

---

Jacob Jeremias Nyambir  
Embaixador de Moçambique em Lisboa

---

Assunção Cristas  
Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território de Portugal

---

Carlos Manuel Vila Nova  
Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais de São Tomé e Príncipe

---

Timor Leste

DRAFT